



# CAROS ALUNOS

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

*<http://get.adobe.com/br/reader/>*

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Olá pessoal,

Sejam todos(as) bem vindos(as) ao Curso de História da Educação no Brasil.

Estamos iniciando nossos cursos Livres de Curta Duração denominados MOOC's. Primeiramente precisamos esclarecer o que são MOOC's. Os Massive Online Open Courses (MOOC's) são um tipo de curso livre através da web que visa oferecer a um grande número de alunos advindos da comunidade em geral a oportunidade de ampliar seus conhecimentos. Os interessados podem se inscrever para acompanhar todo o curso, efetivamente concluindo-o, e buscando conhecer mais sobre o tema apresentado. A grande diferença é que o processo educativo está centrado nos estudantes, que aprendem e ensinam em contribuição à produção.

Todos os cursos ofertados como MOOC's através da UAB/ UNICENTRO, foram elaborados por Docentes de diversos Departamentos da UNICENTRO. Desta forma, nossos cursos serão certificados pela UNICENTRO e visam contribuir para o aperfeiçoamento de indivíduos

que atuam em diversas áreas do conhecimento através do AVA MOODLE, com cursos livres de curta duração.

Os MOOC's terão carga horária totalmente a distância, não teremos encontros presenciais.

A metodologia de trabalho dos MOOC's está concentrada na figura do(a) aluno(a), ou seja, os docentes propuseram, prepararam e configuraram os cursos, e cabará a cada aluno(a) organizar seu tempo, sua dinâmica de estudos e sua disciplina a fim de utilizar todos os recursos, estudar todos os materiais disponibilizados e executar as atividades propostas.

A Coordenação dos MOOC's coloca-se a disposição de todos(as) e desejamos um excelente curso a todos(as)!

*Coordenadora Geral*

Professora Maria Aparecida Crissi Knupel

*Coordenadora adjunta*

Professora Michele Tupich Barbosa



## APRESENTAÇÃO

Meu nome é Tatiani M. Garcia de Almeida, sou Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina.

Início nosso curso com dois questionamentos: Por que queremos estudar a História? Qual a necessidade de conhecer o que as gerações passadas realizaram?

É por meio do conhecimento da História que nós nos conhecemos. Através do estudo do que fomos no passado, descobrimos o que somos no presente e o que podemos vir a ser no futuro. O filósofo e político italiano Antonio Gramsci expressa da seguinte maneira a importância de se conhecer as relações sociais desenvolvidas até os nossos dias: “Todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado” (GRAMSCI, 1995, p. 40). A memória subjetiva é uma característica essencialmente humana e atinge a sua máxima expressão como memória histórica. O conhecimento histórico contribui para o homem tornar-se consciente de si próprio e das circunstâncias legadas pelo passado.

Quanto a relevância do estudo da História da Educação, nas sábias palavras de Saviani (2008), pelo trabalho do historiador “cabe-nos lembrar aos educadores que a situação na qual o processo educativo se processa, os avanços e os problemas que os educadores enfrentam, são produtos



de construções históricas. São, por um lado, circunstâncias legadas pelo passado, mas também, por outro lado, foi resultado da ação daqueles que nos precederam”.

Por isso, é necessário conhecer a História da Educação. Assim, nós, educadores atuais, podemos agir sobre o presente e mudar os rumos do futuro. Levando em consideração esses aspectos, esta disciplina visa abordar, a partir de uma perspectiva crítica, os principais momentos da História da Educação brasileira, desde a chegada dos Jesuítas até o século XXI. Os acontecimentos educacionais são contextualizados na perspectiva social, política, cultural e econômica. Embora, mantida a periodização em termos políticos (Colônia, Império e República), os conteúdos são apresentados de modo interdisciplinar e a partir disso, estabelece uma correlação entre as mudanças político-ideológicas, socioeconômicas e as transformações no âmbito da educação.

Para dar conta do tema proposto, faremos um resgate histórico da educação no Brasil. Trata-se de uma longa jornada. Durante o Tema I vamos percorrer os caminhos da educação na Colônia, desde a chegada dos jesuítas até o período Pombalino. Assim, veremos o tratamento dado à educação por parte dos colonizadores portugueses e pelos padres Jesuítas. No Tema II enfocaremos a Reforma Educacional no período Pombalino, as



questões políticas, econômicas e ideológicas envolvidas na expulsão dos jesuítas do Brasil. No Tema III será estudado o Governo Imperial, bem como seu contexto e os desdobramentos em relação a educação. No Tema IV serão expostos temas como: a consolidação da República, os discursos e as Reformas que ocorreram em torno da educação. No Tema V será destacada a educação na era Vargas, o contexto sociopolítico e econômico, os projetos educacionais e os governos posteriores até 1961. Para finalizar, no Tema VI, nosso objetivo é salientar o processo de unificação da Regulamentação Nacional da educação após 1961 até 2010, o tratamento delegado ao ensino pelo Regime Militar, as Reformas sob a égide do modelo norte americano e empresarial de educação; a redemocratização do país e a educação nos governos FHC e Luiz Inácio Lula da Silva.

Vocês terão duas ferramentas de ajuda: o suporte técnico (questões sobre o Moodle) e o fórum tira-dúvidas, para interagirem com o professor.



## TEMA 1



# 1. A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA: PERÍODO JESUÍTICO (1549-1759)

Iniciaremos o Tema I abordando a Educação no Brasil Colônia com a chegada dos padres jesuítas, em 1549.

Nosso maior desafio nesse momento é tentar compreender a ação jesuítica e sua estrutura escolar à luz de seu tempo. Isto é, devemos analisar a educação jesuítica em um contexto histórico em que a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa tinham objetivos comuns: expandir suas fronteiras e defendê-las; Além disso, é necessário levar em consideração a estrutura social brasileira e o modelo de homem imprescindível para ser formado devido às conjunturas econômicas daqueles tempos.

Ao estudar a educação nesse período é de suma importância considerar os objetivos religiosos da Igreja implícitos na catequese e no seu projeto educacional.

Material Didático para Leitura: Artigo: "A pedagogia da escravidão nos Sermões do Padre Antonio Vieira", Amarilio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2003).



## TEMA 1



Este artigo visa elucidar os aspectos da aculturação católica implícita na catequese e a sua relação com as primeiras formas de educação. No texto, os autores Amarilio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2003) salientam o modelo colonial português assentado no latifúndio, na escravidão, na monocultura e orientado para o consumo externo. Nesse contexto histórico é interessante compreender que a escravidão para o Padre Antônio Vieira estava em consonância com os interesses econômicos da Companhia de Jesus ao longo dos 210 anos em que perdurou sua hegemonia educacional. Esse texto também propicia o conhecimento do contexto socioeconômico, político e ideológico do período.

## TEMA 2



## 2. A REFORMA EDUCACIONAL NO PERÍODO POMBALINO (1759-1827)

A nossa jornada pela História da Educação Brasileira continua! No segundo Tema vamos conhecer a Reforma Pombalina, ou seja, a reforma empreendida pelo Ministro Marquês de Pombal que culminará na expulsão dos jesuítas da colônia. Além disso, abordaremos também o Período Joanino, isto é, a chegada da família Real Portuguesa em terras brasileiras e as transformações econômicas, culturais, políticas e educacionais decorrentes dessa mudança.

Nesse momento, é interessante entender as principais críticas dirigidas ao ensino jesuítico relacionando-as às mudanças sociopolíticas que estavam em curso. Também temos que perceber a questão econômica envolvida neste processo. Enquanto educadores, nós sabemos que o sistema educacional não ocorre isolado dos fatores políticos, econômicos, culturais e ideológicos. Aliás, a articulação entre esses fatores será observada em todas as unidades desta disciplina. Após a instituição do Alvará de 28 de junho de 1759, que rompe com o monopólio da Igreja no âmbito educacional, ocorreram algumas mudanças significativas. Por conseguinte, cabe compreender quais as implicações deste para a educação na colônia, principalmente no que tange aos “estudos menores” (composto pelo ensino primário e secundário).

## TEMA 2



Quanto ao Período Joanino, cabe salientar que a colônia não estava preparada para receber a Família Real e a Corte Portuguesa. Foram implantadas medidas de urgência para que se pudesse acomodar um reinado. No campo educacional tudo estava para ser feito. É diante destas necessidades que o aparato educacional no Brasil se configurou.

Para ampliar essa nossa discussão, sugere-se a leitura do artigo “Heranças - A Educação no Brasil Colônia” (Leonor Lopes Fávero).

*OBS.: A leitura do Texto não visa nenhuma atividade específica, é apenas para ampliar os conhecimentos sobre o assunto.*



## TEMA 3



### 3. O GOVERNO IMPERIAL (1824-1890)

Buscamos agora destacar as principais características materiais e ideológicas presentes no contexto histórico do Período Imperial para compreender como o sistema educacional brasileiro foi tratado pelas reformas durante esse momento.

É importante entender que a Independência do Brasil não ocorreu de forma pacífica como a História Tradicional costuma relatar. Vários grupos espalhados pelo Brasil resistiram à proclamação de D. Pedro I, pois temiam perder seus privilégios comerciais e políticos decorrentes do pacto colonial. Paralelamente às agitações internas buscou-se o reconhecimento externo, diante das demais nações. Na Europa, ocorreram enormes dificuldades devido ao Congresso de Viena, que impedia que qualquer nação reconhecesse a independência do Brasil antes de Portugal. No entanto, os Estados Unidos, contrapondo-se ao Congresso, através da Doutrina Monroe (1823), foi o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil em 1824, temendo tentativas de recolonização que ameaçavam seus interesses no continente.

A Independência se consolida e D. Pedro permanece no Rio de Janeiro. O Brasil segue regido por uma monarquia constitucional, praticamente sem a participação popular. A Independência acontece



## TEMA 3



com o apoio e a vitória do “partido brasileiro” representando as ideias da aristocracia rural, da classe senhorial que entrava em sintonia com o capitalismo europeu. Em 1824 é outorgada a Constituição. Cabe nesse momento, perceber quem era realmente considerado “povo” brasileiro. A Constituição de 1824 assegurava os direitos de cidadania (direitos civis) aos brasileiros brancos, mas não aos índios e aos escravos e de direitos políticos (voto) proporcionais à renda. Assim, é uma lei que constitui como povo brasileiro a classe senhorial e tem como objetivo principal manter a ordem escravagista.

Quanto à educação, a Constituição de 1824 assegurava, pelo menos, o princípio da gratuidade da instrução primária e o ensino das ciências e das artes em colégios e universidades. Apesar de inúmeras discussões em torno da educação popular, da falta de recursos e escolas, somente em 1827 é concretizada a primeira Lei de Instrução Pública Nacional do Império, determinando a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades do Brasil.

Após a abdicação de D. Pedro e de sua partida para a Europa, em 1831, havia um descontentamento generalizado com o poder centralizado nas mãos do Imperador. É nesse cenário que se promulgou,

## TEMA 3



em 1834, o Ato Adicional à Constituição, descentralizando os assuntos de política e, conseqüentemente, da educação. Contudo, no que tange ao ensino secundário o que ocorreu foi uma pseudo descentralização, isto é, aparentemente, o poder central entregou-o às províncias, mas com a criação do Colégio Pedro II na Corte (1837), este impediu que os Ginásios secundários criados pelas províncias e pela iniciativa privada dessem acesso direto aos cursos superiores.

Nesta conjuntura, é fundamental compreender os desdobramentos da falta de equiparação entre os colégios das províncias e o colégio da Corte. Decorrente desse estado de coisas há a necessidade de uma reforma do ensino no Segundo Reinado. Sob a regência de D. Pedro II ocorrem duas reformas educacionais, a de Couto Ferraz e a de Leôncio Carvalho.

Para ampliar essa nossa discussão, planejamos estudar dois materiais didáticos:

- Artigo: "A Ideia de Sistema Nacional de Ensino e as Dificuldades para sua Realização no Brasil do Século XIX" (Dermeval Saviani);

## TEMA 3



Capítulo 1 (A Educação da Colônia ao Império) do E-book da disciplina de História da Educação Brasileira elaborado por mim para a disciplina de História da Educação do curso de Graduação em Pedagogia Complementar - Vizivali da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO em parceria com a Universidade Aberta do Brasil.

O primeiro material é um artigo intitulado: “A Ideia de Sistema Nacional de Ensino e as Dificuldades para sua Realização no Brasil do Século XIX” (Dermeval Saviani), o qual aborda o teor da lei das escolas de primeiras letras, promulgada em 1827, a Reforma Couto Ferraz e a Reforma de Leôncio Carvalho.

O segundo material é o Capítulo 1 (A Educação da Colônia ao Império) do ebook da disciplina de História da Educação Brasileira também do curso de Graduação em Pedagogia Complementar - Vizivali da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO em parceria com a Universidade Aberta do Brasil.



## 4. O PERÍODO REPUBLICANO (1890-1930)

O Tema IV versará sobre a educação durante a Primeira República (1890-1930). É importante vocês compreenderem que uma série de transformações econômicas e sociais começam a ocorrer na sociedade brasileira ainda no final do Império, tais como a expansão da lavoura cafeeira, o fim da escravidão, o início do trabalho assalariado e uma significativa urbanização. Estas mudanças serão o suporte para futuras ações contra o regime monárquico.

Dessas ações surge um novo regime político, a República. Esse novo regime se consolidou graças às pressões contra a monarquia, realizadas principalmente pelos grupos compostos pelos militares, sob orientação positivista, pelos intelectuais e fazendeiros de café do Oeste paulista. Apesar de haver um partido republicano, não foi este que proclamou a República, quem o fez foi o exército, sob o olhar indiferente da maioria da população.

A partir da eleição de um civil para a presidência do país, em 1894, o paulista Prudente de Moraes, as oligarquias passam a afastar cada vez mais os militares do poder. Inicia-se a chamada política “café com leite”, isto é, a supremacia política dos governadores dos estados de São Paulo (produtor de café) e o estado de Minas Gerais (produtor

TEMA 4





## TEMA 4



de Leite). Estes se articulavam e escolhiam o Presidente da República. Essa política, no entanto, gera o coronelismo e o voto de cabresto.

O poder exercido pelas oligarquias está diretamente relacionado à economia baseada no processo de produção do café. A superprodução interna do café, de acordo com Nagle (1974), e a concorrência externa favorecem, a partir de 1910, a transferência de investimentos de muitos cafeicultores para o setor industrial. O último decênio da Primeira República e, portanto, a fase de instalação do capitalismo no Brasil, e de um período intermediário entre o sistema agrário e o industrial.

Na década de 1920 o povo, segundo Romanelli (1986), já não abrangia apenas a massa homogênea dos agregados das fazendas e dos pequenos comerciantes da zona urbana. Porém, havia uma pequena burguesia comercial e industrial, classes médias urbanas e proletariado industrial. Convivem nessa sociedade as ideias e movimentos socialistas, anarquistas, nacionalistas, tenentistas, catolicistas, entre outros.

Essas transformações refletiram na educação a suscitação de um discurso de desalfabetização da população brasileira.

## TEMA 4



Os defensores dessa tese acreditavam que o país só alcançaria o progresso se combatesse o analfabetismo. É no interior desse contexto que a educação da república pode ser compreendida e, principalmente, segundo Nagle (1974), a partir de dois movimentos: o de entusiasmo pela educação e de otimismo pedagógico; O primeiro é de cunho mais quantitativo, pois não há uma preocupação imediata com a qualidade da educação, na maioria das escolas predomina a atuação de professores leigos. O segundo movimento, por sua vez, tinha a preocupação maior com a qualidade do ensino, traduzida na reformulação do programa escolar, dos seus padrões didáticos e pedagógicos.

A partir dessas discussões surgem várias iniciativas e reformas dos governos estaduais e federal. Porém, é válido salientar que estas não ocorreram de maneira homogênea em todos países. As reformas deste período tiveram início com a Reforma Benjamim Constant em 1891; Posteriormente, em 1901, ocorreu a Reforma Epitácio Pessoa; em 1911 promulga-se a Lei Orgânica Rivadávia Correia, em resposta a esta legislação veio a Reforma Carlo Maximiliano e em 1925 a Reforma João Luís Alves; Além dessas, as reformas estaduais

## TEMA 4



evoluíram diferentemente em cada Estado visando reestruturar o ensino brasileiro.

Leitura do Artigo: A Proclamação da República e a Primeira Reforma Educacional do Novo Regime: Democracia X Educação Popular, escrito por Taís Delaneze:

*OBS.: O Texto não visa nenhuma atividade específica, é apenas para ampliar os conhecimentos sobre o assunto.*



## 5. DA ERA VARGAS AO REGIME MILITAR (1930-1964)

O Tema V tem como objetivo principal discutir o contexto histórico nacional e mundial que caracterizaram a “Revolução de 1930”; Os projetos educacionais de 1930 a 1937: A Constituição de 1937; O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e as suas proposições ao Governo de Getúlio Vargas em 1932; O período pós Getúlio Vargas: Do Governo Juscelino Kubitschek ao Governo de João Goulart e o processo de tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961.

O movimento denominado como “Revolução de 1930” foi o desfecho das agitações políticas e econômicas que se desencadearam, ainda, na década de 1920. Durante a Primeira República prevalecia, no campo político, a força das oligarquias regionais, representados pelos cafeicultores. Nessa política, o Presidente da República era, geralmente, apoiado pelos governadores dos estados, que representavam as oligarquias regionais dos coronéis. Os maiores beneficiados com essa política eram os cafeicultores de Minas Gerais e São Paulo, que a cada queda nos preços internacionais do café, dividiam seus prejuízos com o povo, pois o governo brasileiro comprava os estoques dos fazendeiros.

É necessário perceber que, durante o final da década de 1920 há uma crescente industrialização e urbanização, as quais revelam a

TEMA 5





## TEMA 5



ascensão de novos grupos sociais que não aceitam mais um governo a serviço dos cafeicultores. Segundo Romanelli (1986), através da Revolução de 1930, o que se procurou foi um reajustamento constante dos novos setores da sociedade, com o setor tradicional, tanto do ponto de vista interno quanto internacional. Ou seja, a meta maior era a implantação do capitalismo no Brasil.

Com a quebra da bolsa de valores em Nova Iorque em 1929, o preço do café cai ainda mais e reduz os trabalhadores no campo devido ao fechamento das fábricas, aumentando ainda mais a fome e a miséria.

Fundam-se novos partidos, como por exemplo, o Partido Comunista do Brasil, representando a classe operária. Mobilizam-se alguns setores da classe média, como jovens oficiais do exército e proprietários de terras sem representação no governo.

Em 1930, o presidente paulista Washington Luís deveria indicar para sua sucessão um mineiro, porém, quebra a regra de alternância na sucessão presidencial e indica outro paulista. Este fato aliado à situação econômica do país, fazem com que os mineiros juntem-se a uma frente de oposição e formem a Aliança Liberal.



## TEMA 5



A Aliança Liberal lança um gaúcho como candidato à presidência da República, Getúlio Vargas. Ele recebe o apoio das massas e dos tenentes, mas mesmo assim perde as eleições. Em julho de 1930, o assassinato de João Pessoa no Recife faz emergir a revolta armada a qual coloca Getúlio no poder.

Na década de 1930 houve grande efervescência de ideias e de projetos para a sociedade brasileira. No âmbito da educação podemos visualizar quatro pensamentos diferentes acerca da educação brasileira (GHIRALDELLI, 1990). Um dos projetos foi apresentado pelos liberais, um grupo de intelectuais que pretendiam a construção do país em bases urbano-industriais democráticas. Um dos seus maiores opositores eram o grupo de católicos, representantes da Igreja Católica, que defendiam uma posição conservadora. Outro movimento que surgiu nesse período foi a Ação Integralista Brasileira (AIB). Ela se assemelhava aos movimentos do nazismo e fascismo da Europa. Segundo Ribeiro (1992) ela atraía particularmente as parcelas mais reacionárias, os setores médios da população, setores estes insatisfeitos com o domínio oligárquico, mas temerosos com a expansão do comunismo. Contudo, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) tinha uma posição oposta à dos Integralistas. A ANL reuniu uma grande parcela

## TEMA 5



das classes populares – o proletariado e camadas médias. Essa entidade pretendia formar uma frente anti-imperialista e antifascista.

No campo educacional, os liberais defendiam as teses da Pedagogia Nova.

Em 1932 eles publicaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no qual propunham uma reformulação da política educacional. O Manifesto era um documento dirigido à sociedade e ao Governo, no qual defendia a escola pública obrigatória, gratuita e laica, e a implantação de princípios pedagógicos renovadores inspirados, principalmente, em Dewey.

O governo criou em 1931 o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Francisco Campos foi empossado como ministro do MESP. Promoveu uma reforma do ensino em todo o país. Estabeleceu diretrizes para o ensino superior, criou o Conselho Nacional de Educação, organizou o ensino secundário, estruturou o ensino comercial etc. Contudo, a reforma não se preocupou com a expansão e a melhoria da escola primária.

As dissidências e as disputas entre os católicos e os liberais se acirraram com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. As disputas prosseguiram na Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1934. Essa Constituição foi considerada a



## TEMA 5



mais progressista em matéria de educação. No entanto, foi muito breve. Pois, foi encerrada em 1937, quando Getúlio deu um golpe e instituiu um Estado ditatorial, chamado Estado Novo, a pretexto de combater o comunismo e manter a segurança da nação.

O Estado Novo foi uma ditadura. Esse período iniciou-se em 1937 e foi até 1945 com a deposição de Getúlio. A Constituição de 1937 foi elaborada pelos tecnocratas de Vargas. Essa Constituição visava impor ao país o ordenamento legal do Estado Novo. Durante esse período foram emitidas as Leis Orgânicas do Ensino, tendo como objetivo a organização da educação no país. Essas leis também foram chamadas de Reforma Capanema, devido ao ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema.

As Leis Orgânicas do Ensino oficializaram o dualismo educacional, um sistema de ensino dual, com um ensino secundário para as elites e um ensino profissionalizante para as classes populares. Além disso, o ensino primário só teria uma atenção oficial em 1946, portanto, após o Estado Novo, com o Decreto lei n. 8.529 de janeiro daquele ano.

O período de 1945 a 1964 é caracterizado pelo otimismo resultante da esperança de um desenvolvimento acelerado. O governo de

## TEMA 5



Juscelino Kubitschek (1956-1961) é marcado pelo desenvolvimentismo, influenciado pela invasão das multinacionais. A Constituição de 1946 reflete a re-democratização alcançada após a queda da ditadura de Vargas. Retoma os valores defendidos pelos “Pioneiros da Educação” na Constituição de 1934, “educação como direito de todos, a escola primária obrigatória, a assistência aos estudantes e a gratuidade do ensino oficial para todos ao nível primário”.

Em 1961 ocorre a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024/61); Tratava-se de uma proposta avançada para a época, mas que se altera no decorrer dos debates e do confronto de interesses entre religiosos católicos (defendiam a escola privada) e os antigos “Pioneiros da Educação”, que recebem o apoio de intelectuais, estudantes e líderes sindicais. Inicia-se a Campanha em Defesa da Escola Pública. O movimento culmina com o Manifesto dos Educadores (1959).

Nesse período, é, portanto, de suma importância compreender que os católicos representam as forças conservadoras. Ao defenderem o ensino elitista, sob a desculpa da “liberdade de ensino”, posicionam-se contra a democratização da educação. Pois, a educação pública, laica e

como um direito de todos, possibilitaria às camadas populares maior participação política, o que certamente alteraria a estrutura de poder.

***Leitura dos Seguintes textos:***

Documento: O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932);

Artigo: "O Manifesto dos Educadores (1959) à Luz da História" (José Luís Sanfelice);

*OBS.: O Documento "O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)" é apenas para ampliar o conhecimento sobre a História da Educação (não haverá atividade específica sobre o texto).*

**TEMA 5**





## 6. DO REGIME MILITAR ATÉ 2010 (1964 – 2010)

Este Tema tem como propósito evidenciar a educação e os fatores políticos, sociais e econômicos desde o período do Regime Militar (1964) até 2010.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), conforme afirma Ghiraldelli (1990), institucionalizou-se um pacto autoritário baseado na aliança da tecnocracia com a burguesia e com as empresas multinacionais. Nesse período ocorreu a desarticulação do movimento estudantil, que colocou a União Nacional dos Estudantes (UNE) na ilegalidade e intensificou-se a repressão policial e militar contra todos os movimentos e grupos de oposição. Os Militares aperfeiçoaram e criaram os órgãos de repressão, responsáveis pela prisão, tortura, morte e desaparecimento de centenas de pessoas.

Na economia, os governos militares, de um modo geral, se aproximaram do FMI (Fundo Monetário Internacional) facilitando os empréstimos necessários, a renegociação da dívida externa e a entrada de do capital estrangeiro, com a instalação de empresas norte-americanas.

A política educacional desse período não fugiu às orientações políticas do governo ditatorial. Ainda em 1964 o governo militar



## TEMA 6



estabeleceu a Reforma Universitária (Lei 5.540/68), a qual determinava a intervenção nas universidades, entre elas, a UNB (Universidade de Brasília); Em 1971, de acordo com Saviani (2010), visando atender a formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, tem-se a reforma do Ensino de 1 e 2 Graus (Lei 5.692/71) e a criação do MOBRAL.

Nesse sentido, é necessário destacar que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 foi imposta pelo regime autoritário sem nenhum debate com a sociedade civil e, além disso, toda a legislação educacional foi elaborada por tecnocratas brasileiros assessorados pela agência norte-americana AID (Agency for International Development), através de acordos firmados entre o MEC e a USAID, visando reformular a educação primária e média. A Reforma tinha como único objetivo preparar o indivíduo para a demanda de mão-de-obra, espelhando o momento político e econômico pelo qual passava o país.

O final da década de 1970 e início dos anos de 1980, foi o período em que ocorreram significativas manifestações estudantis em defesa da democracia política brasileira. No campo educacional destaca-se o avanço desordenado do ensino superior e o conseqüente

## TEMA 6



desmantelamento das universidades públicas e incentivo para a privatização do ensino superior.

A partir de 1980 o Brasil passa por um processo lento e gradual de mudança política, pois, dialoga em prol da democracia e da cidadania, mas ainda está se desgarrando das forças do regime militar (PEREIRA, 2006). Importantes conquistas são obtidas com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A educação reafirma-se como direito de todos os cidadãos no texto constitucional.

No entanto, a partir da década de 1990, a educação passa a ser compreendida pelos critérios do capital, devido a consolidação do neoliberalismo pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Este, subordinou, progressivamente a economia ao domínio do capital internacional. Nas palavras de Perry Anderson (2002), Fernando Henrique Cardoso leilou a maior parte do setor estatal e abriu a economia completamente, apostando na entrada de um fluxo maciço de capital externo para modernizar o país. Após oito anos, os resultados estão aí, evidentes: estagnação crescente, salários reais em queda, desemprego em nível nunca antes visto e uma dívida estrondosa. O regime foi condenado aos seus próprios termos.



## TEMA 6



Cabe, portanto, compreender como essa época foi marcada pela instauração da política neoliberal de forma hegemônica em nossa sociedade. Assim, a educação assume um novo papel, “não mais em razão de sua função social e cultural de caráter universal, mas da particularidade das demandas do mercado” (FRIGOTTO, 2011, p. 247). A educação, é então delineada por políticas orientadas pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Em 1996, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, é promulgada a nova LDB n. 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Sob as orientações dos organismos internacionais é instituído o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), sob essas mesmas orientações são elaborados os PCN,s (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Luiz Inácio Lula da Silva toma posse como Presidente em janeiro de 2003. As políticas educacionais do seu governo podem ser caracterizadas por políticas ambivalentes, pois apresentam rupturas e permanências em relação as anteriores. Como, por exemplo, a instituição do FUNDEB, como um fundo de financiamento que cobre a educação básica – compreendendo suas três etapas, educação infantil, ensino fundamental

e ensino médio – é um avanço no sentido de que busca corrigir falhas que eram apontadas no FUNDEF. Contudo, também podem ser verificadas medidas que eram comuns no governo anterior, por exemplo, naturaliza-se as políticas que estabelecem nexos entre a elevação dos padrões de desempenho educativo e a crescente competitividade internacional.

### ***Leitura dos Artigos:***

Artigo 1: “O Legado Educacional do Regime Militar” (Dermeval Saviani);

**WWW**

Artigo 2: “Uma Breve Reflexão Retrospectiva da Educação Brasileira (1960-2000): Implicações Contemporâneas”, escrito por José Douglas Alves dos Santos; MELO, A. K. D.; LUCIMI, M.;

*OBS.: A leitura dos Textos não visam nenhuma atividade específica, é apenas para ampliar os conhecimentos sobre o assunto.*

**TEMA 6**





## **REFERÊNCIAS**

- AZEVEDO, F. de. A transmissão da cultura: parte 3. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976.
- BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. SP: Companhia das Letras, 1992.
- BITTAR, M. ; JR. FERREIRA, A. A pedagogia da escravidão nos Sermões do Padre Antonio Vieira. (2003). Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/888> Acesso em: 29/03/16.
- CUNHA, Luiz Antonio. A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Heranças - A Educação no Brasil Colônia. Disponível: <http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/351/360>. Acesso: 17.10.14.
- FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95-134.
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. O Ensino Secundário no Império Brasileiro. São Paulo: Grijalbo/ Edusp, 1972.
- LEDESMA, Maria Rita Kaminski. Evolução Histórica da Educação Brasileira: 1549-2010. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2010.
- PAIVA, Vanilda Pereira. História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. 6 ed. Rev. e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1986.
- SAVIANI, D. História das Idéias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2010.
- \_\_\_\_\_. A Ideia de Sistema Nacional de Ensino e as Dificuldades para sua Realização no Brasil do Século XIX. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/dermeval/texto2001-1.html> . Acesso: 11.12.14.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação Educacional no século XIX: A Construção do Currículo da Escola Primária no Brasil. Cadernos Cedes, ano XX, no 51, novembro/2000.
- VEIGA, Cynthia G. História da Educação. SP: Ática, 2007.